

BRASÍLIA, FLORIDA E SEM RECESSÃO.

Sobrevivência da 'Ilha da Fantasia' é garantida pelo contribuinte de todo o país

VICENTE DIANEZI

Brasília está toda florida em plena seca, as obras do Metrô já iniciadas vão consumir US\$ 650 milhões e o governo local continua a doar terrenos públicos para migrantes que chegam em busca de emprego e moradia fácil. Enquanto todo o país mergulha assustado na recessão, Brasília, a chamada Ilha da Fantasia, não perde a pose. Graças ao governo federal, que injeta anualmente US\$ 1 bilhão — o equivalente a Cr\$ 3 trilhões no câmbio paralelo — só no custeio da máquina pública da cidade. Sem as transferências de recursos do Tesouro Nacional, Brasília não sobreviveria. Ou seja, é o contribuinte de todos os pontos do país que mantém a cidade. Neste trimestre, por exemplo, o valor total dos salários de seus 100 mil servidores está correspondendo a duas vezes a receita local de impostos.

A situação deficitária não impede, no entanto, a sobrevivência do colorido da cidade, garantido por uma equipe de 100 jardineiros que, sob o sol forte, regam diariamente 200 canteiros recém-plantados com delicadas flores ornamentais. O projeto paisagístico consumiu 3 milhões de mudas para formar mais de 100 mil m² de jardins. O

esforço, em alguns casos, é repetido a cada dois meses, substituindo-se as plantas que morrem por mudas vivas. "Não existem flores definitivas. Há espécies com longevidade de um ano, outras de 60 dias", afirma Ozanan Coelho, diretor do Departamento de Parques e Jardins da Novacap, ao explicar a necessidade da substituição. Ele

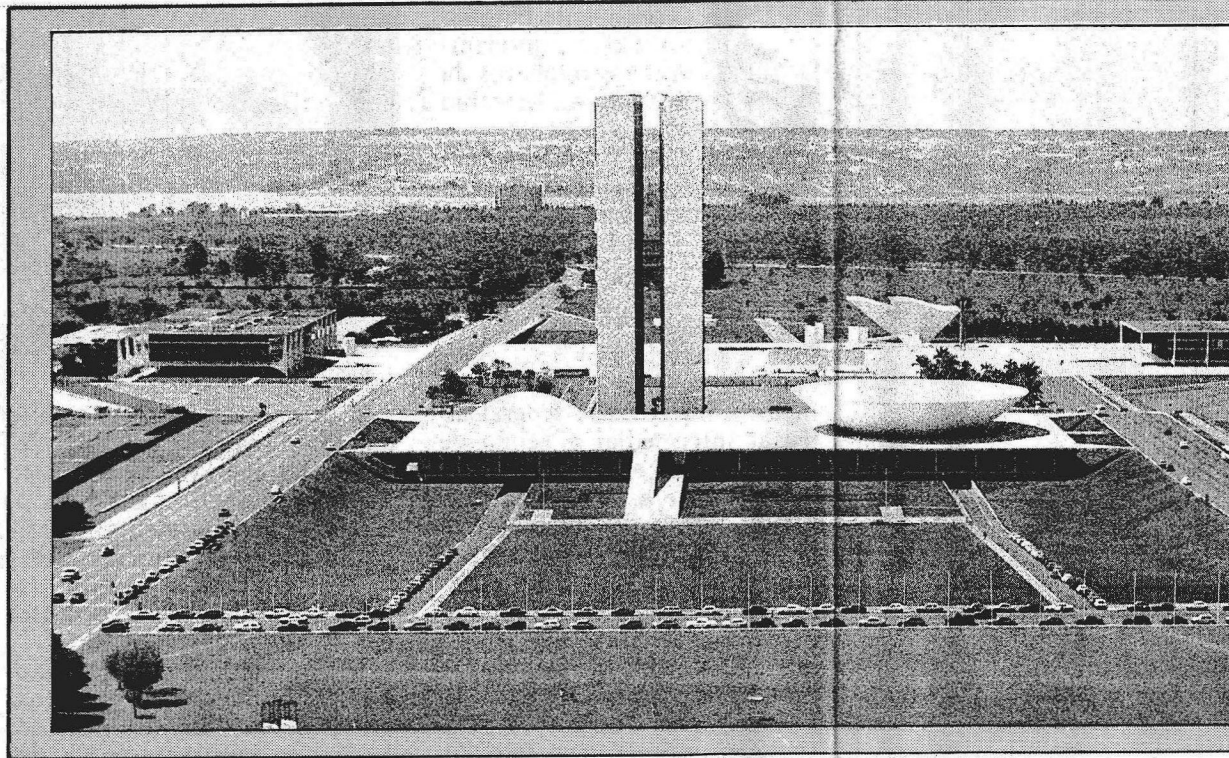
não sabe o custo para sustentar tamanha beleza na aridez do cerrado.

Mas nem tudo são flores na cidade. Resultado da migração e da recessão, cerca de 90 mil pessoas hoje estão desempregadas, a maior parte delas morando nas 12 cidades-satélites que cercam Brasília, o nascedouro do Distrito Federal. Uma at-

nuante do desemprego é o início das obras do Metrô, festejado pela população de 1,6 milhão de habitantes. Na primeira fase, serão 40 quilômetros de trilhos que custarão US\$ 650 milhões, dois terços dos quais (ou US\$ 433 milhões) serão pagos, em partes iguais, pelo Tesouro Nacional e BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econô-

Déficit anual de US\$ 1 bi pago pelo Tesouro

A manutenção da capital federal tem um preço alto para o Tesouro Nacional. Atrás de sua arquitetura arrojada esconde-se um déficit anual de US\$ 1 bilhão, bancado pelo caixa da União. Somente o pagamento dos salários de seus 100 mil servidores consome o equivalente a duas vezes a receita própria de Brasília. O déficit, porém, não impede a construção do metrô brasiliense, uma obra de grande porte, estimada em US\$ 650 milhões.



reira, referindo-se a projeto que propõe um plebiscito no próximo 3 de outubro, apresentado pelo deputado Salviano Guimarães (PDT), presidente da Assembleia Distrital. A equipe econômica tem bons motivos para temer o plebiscito. As cidades-satélites se tornariam municípios criando-se 12 máquinas administrativas novas com mais custos de servidores, prefeitos e vereadores. "O Distrito Federal conseguiu a emancipação política sendo dependente economicamente", queixa-se o especialista. "Agora querem que seja a vez das cidades-satélites", acrescenta o assessor.

Além do custeio da sua máquina, é no Tesouro Nacional que Brasília busca recursos para investimentos. O Orçamento Geral da União (OGU) deste ano prevê que os gastos do Tesouro no Distrito Federal serão de US\$ 5,4 bilhões nele incluídos projetos de arruamento, abastecimento de água, tratamento de esgotos, construção de hospitais e reforma do sistema previdenciário entre outras destinações. A equipe econômica negociou essas transferências em troca da sua redução até 1996, segundo decreto baixado pelo presidente da República em novembro passado.

O objetivo alegado é reduzir os gastos com transporte das pessoas, hoje feito por ônibus em direção a Brasília, onde se concentram as sedes das estatais e as administrações públicas federal e local.

"Já começou até a discussão para emancipar as cidades-satélites", condena um assessor do ministro Márcio Marques Mo-